

Resenhas

O Efeito Borboleta: uma fascinante introdução à economia do século XXI — a causa dos erros sistemáticos das previsões econômicas

Paul Ormerod

Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000

Após *The Death of Economics* (1994), seu primeiro livro, Paul Ormerod resolveu ressuscitar a disciplina em *O Efeito Borboleta*. O autor chefiou durante vários anos a *Economic Assessment Unit* da *The Economist*, dirigiu o *Henley Center for Forecasting* de 1982 até 1992, foi professor visitante em Londres e Manchester e, segundo a orelha do livro publicado pela Editora Campus, é professor titular de Economia Pós-Ortodoxa (mas a orelha não diz onde, e não consegui confirmar a informação na internet).

O título do livro faz referência às cansadas borboletas da teoria do caos, mas seu assunto principal parece ser, na verdade, as formigas. Mais precisamente, um experimento realizado por biólogos em meados da década de 1980, no qual foram colocadas à mesma distância de um formigueiro duas fontes de alimento exatamente iguais, cujo conteúdo era repostado constantemente, de modo que ficassem sempre iguais.

Como as formigas se dividiriam entre as fontes de alimentos? Uma resposta razoável seria que as formigas iriam se dividir igualmente entre as duas fontes, mas essa resposta não considera uma característica muito particular destes insetos: sempre que uma formiga retorna ao formigueiro após encontrar alimento, ela estimula outras formigas a percorrer o mesmo caminho por meio de uma secreção química.

Assim, o resultado observado é que a maioria das formigas ora visitava uma fonte de alimentos, ora visitava outra, mudava seu destino de forma imprevisível, nunca convergindo para uma de-

terminada divisão estável entre as duas fontes. A única regularidade observada pelos pesquisadores era que a maioria das formigas encontrava-se durante a maior parte do tempo em uma ou outra fonte.

As formigas de Ormerod inspiraram-no a entender os resultados observados e suas análises tanto para questões econômicas, tais como o estudo do crescimento, dos ciclos econômicos e da volatilidade dos mercados financeiros, como para questões sociais e políticas, tais como a criminologia, a psefologia (o estudo do comportamento dos eleitores) e o estudo da estrutura familiar.

O que está em jogo na perspectiva do autor são dois pressupostos tradicionalmente adotados pela economia mais ortodoxa. Em primeiro lugar, que os gostos e as preferências dos agentes econômicos são fixos. Ormerod entende, por exemplo, que consumidores influenciam-se diretamente uns aos outros, de forma semelhante às formigas: “as pessoas vêem o que as outras fazem, e podem ser influenciadas por isso”. Em segundo lugar, que os processos econômicos são lineares. Ao invés de relacionar proporcionalmente efeitos a causas, o autor mostra que grandes processos econômicos podem ocorrer a partir de mudanças inesperadas no comportamento de poucos agentes econômicos, da mesma forma que a maioria das formigas do experimento pode mudar seu destino a partir de decisões individuais de poucas formigas.

Quanto ao estilo, Ormerod é ao mesmo tempo rigoroso, bem-humorado e relativamente acessível, pelo menos, digamos, a estudantes universi-

tários de economia. Uma e outra parte também são do interesse de alunos dos cursos de administração, especialmente os primeiros capítulos, sobre consumo. O texto esconde a formulação matemática dos modelos estudados, adotando abertamente um conhecido conselho de Marshall, o qual sugeria que a matemática utilizada em uma investigação fosse queimada após a sua tradução para o inglês, e que se esta tradução não fosse possível, a investigação é que deveria ir à lareira. Ainda assim, Ormerod salvou da fogueira algumas notas mais formais, as quais são apresentadas em três breves apêndices.

Embora essa fosse, em alguns trechos do texto, a intenção do autor, não parece provável que as idéias de Ormerod possam se firmar rapidamente como uma alternativa inequivocamente superior à abordagem tradicional. Mesmo assim, o autor marca alguns pontos. Por exemplo, oferece boas justificativas para a ocorrência de erros sistemáticos nas previsões econômicas, como indica um dos subtítulos da edição brasileira; enfatiza o hábito saudável de promover testes empíricos de teorias, submetendo um de seus próprios modelos, no qual inclui a interação de agentes individuais diferentes, à comprovação dos fatos; e ainda faz recomendações de política econômica para os governos.

Especificamente, aconselha os governos a

não se preocuparem exageradamente com flutuações de curto prazo, cujas tentativas de controle, em um mundo complexo, são muitas vezes inúteis e, em algumas ocasiões, prejudiciais: “eles devem fazer muito menos em termos de intervenções detalhadas, de curto prazo (...) e dedicar muito mais tempo a pensar no marco estrutural geral de qualquer problema em questão”. Estes problemas podem ser tão diversos quanto a inflação, a criminalidade, o mercado cambial ou os ciclos econômicos.

Peter Coy, o editor de economia da *Business Week*, na resenha que fez do mesmo livro, admite que alguns pontos da crítica de Ormerod são pertinentes. Segundo ele, “economistas que se apegam aos modelos lineares porque são mais tratáveis são como bêbados que procuram as chaves de seus carros sob o poste de iluminação pública porque o local é melhor iluminado”. Entretanto, para provocar furacões na economia ortodoxa, a borboleta de Ormerod ainda vai ter que continuar batendo suas asas. Enquanto espera, Ormerod certamente ficará feliz se as formigas marcharem em direção às livrarias.

Sérgio Goldbaum

Mestre e doutorando em Economia pela
EAESP/FGV-SP e professor da ESPM.

Introdução à Teoria do Crescimento Econômico

Charles I. Jones

Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2000

O crescimento/desenvolvimento econômico é um tema que sempre esteve presente nos debates e trabalhos realizados dentro das universidades brasileiras. No entanto, podemos dizer que, hoje, com a estabilidade da moeda nacional, tal tema vem ganhando destaque e passou a fazer parte da agenda de pesquisas de muitos professores e alunos. Talvez, somente por isso, poderíamos dizer que a edição brasileira do livro do professor da Universidade de Stanford, Charles Jones, já é bem-vinda.

Mas isso não é verdade. O livro *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico* tem muitos outros méritos que fazem dele uma referência para o estudo das teorias do crescimento econômico dentro de uma abordagem neoclássica — e uma referência não somente para os alunos iniciantes na matéria, mas para os mais adiantados e mesmo

para os professores. Uma característica que lhe é particular, e que torna a leitura agradável, é o meio termo encontrado pelo autor entre um livro-texto convencional e uma coletânea de ensaios.

O livro está dividido em nove capítulos. O primeiro deles é uma introdução aos “fatos do crescimento econômico”. É nesse capítulo que Jones apresenta, por meio de dados históricos, as evidências do crescimento e desenvolvimento econômicos no mundo e vai, naturalmente, instigando o leitor a perguntar a si próprio o porquê desses fatos. Ao final do capítulo surgem três questões que o autor julga fundamentais para o entendimento do crescimento e desenvolvimento econômicos e que serão, ao longo do livro, retomadas e respondidas, quais sejam: (i) Por que há países tão ricos e países tão pobres? (ii) Qual é o motor do crescimento econômico? (iii) Por que alguns países con-

seguiram, em um curto período de tempo, passar de países pobres para países ricos?

Como o próprio autor diz, o “objetivo do livro é explicar e explorar as modernas teorias do crescimento econômico”. Para tanto, o desenvolvimento do livro vai percorrer um caminho bastante claro: o do próprio desenvolvimento dos modelos de crescimento. No capítulo 2, é apresentado o modelo básico de Solow. É nesse capítulo que aparecem conceitos importantes como os de função de produção, de estado estacionário, de tecnologia (ainda exógena), de efeitos de longo prazo do investimento sobre o crescimento e de estática comparada dentro do enfoque do crescimento. No capítulo 2 também já fica claro o esforço do autor em buscar uma linguagem acessível a um maior número de leitores — invariavelmente dando ênfase nos aspectos econômicos e não somente nos matemáticos — e que estará presente em todo o livro. A utilização de dados do mundo real, apresentados em gráficos ou tabelas, ajuda o leitor a *testar* os modelos, ao mesmo tempo em que faz desse mesmo leitor um *crítico* do mundo — portanto, não só do modelo.

O primeiro passo para desenvolver o modelo de Solow é incorporar o capital humano — entendido como os níveis de instrução e qualificação da mão-de-obra. Essa tarefa é realizada na primeira seção do capítulo 3. Diferentemente do tratamento dado por Mankiw, Romer e Weil ao capital humano no já bem conhecido artigo “A Contribution to the Empirics of Economic Growth” de 1992, Jones supõe, aos moldes de Lucas, que as pessoas gastam tempo acumulando qualificações. Essa formulação, como o próprio Jones diz, vai ao encontro de parte substancial da literatura que trata da economia do trabalho e que considera que os ganhos salariais de uma pessoa estão diretamente relacionados à sua escolaridade. Os testes empíricos desse modelo de crescimento com capital humano já respondem à primeira das três questões colocadas pelo autor: eles deixam claro que grande parte dos diferenciais de renda entre países é explicada pela acumulação de capital físico e pela acumulação de qualificações. Mas, se há diferenças de renda entre os países, é possível imaginar que em algum momento no futuro essas rendas convergirão para um mesmo nível? Ou, de modo mais geral, será que a renda per capita dos vários países do mundo será melhor distribuída no futuro? Nas duas últimas seções do capítulo 3, o autor dedica-se a responder a essas questões dentro do modelo de crescimento neoclássico.

O capítulo 4 funciona como uma introdução ao capítulo 5. Seu objetivo é esclarecer que as *idéias*

melhoram a tecnologia de produção e que elas são, por natureza, *bens não-rivais* — daí a importância do conceito de direito de propriedade que aparece no capítulo. Nessa altura, o leitor já conhece a resposta para a segunda questão colocada por Jones: o motor do crescimento é o progresso tecnológico. Isso já se evidenciava nos capítulos 2 e 3. Porém, é no capítulo 5 que se explicita a importância do progresso tecnológico para o crescimento econômico. Em outros termos, o capítulo 5 vai buscar entender, nas palavras do autor, “de onde vem o progresso tecnológico que pavimenta o caminho do crescimento”. Portanto, é preciso tratar a tecnologia como sendo uma variável endógena do modelo. Assim, a partir da versão do modelo de Paul Romer, Jones apresenta na primeira metade do capítulo 5 as novas equações do modelo de crescimento endógeno, analisando os efeitos de crescimento e de nível do produto, bem como a nova estática comparada. O progresso tecnológico é definido como a busca de novas idéias que têm como finalidade o lucro.

A segunda metade do capítulo 5 apresenta a economia que está por trás do modelo, ao dividi-la em três setores: bens finais, bens intermediários e setor de pesquisa, o qual engloba as produções de ciência e tecnologia (C&T) e de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Essa divisão permite identificar uma característica do modelo de crescimento endógeno que contrasta diretamente com o modelo de Solow: a produção da economia se caracteriza pelos retornos crescentes de escala e nem todos os fatores são pagos de acordo com seus produtos marginais. Parte do produto marginal do capital é empregado na remuneração dos cientistas e pesquisadores que geram novas idéias. Daí a necessidade de concorrência imperfeita no modelo.

Respondida a questão relativa ao motor do crescimento, o capítulo 6 investigará a maneira pela qual a tecnologia se difunde entre países e o motivo de ela ser mais avançada em alguns desses países do que em outros. Está última idéia conduz o leitor ao capítulo 7 — com isso, o capítulo 6 também tem uma função introdutória. Aqui é tratada a última questão fundamental do crescimento econômico levantada por Jones logo no início do livro, qual seja, a questão dos “milagres de crescimento”. Inicialmente, o autor identifica o problema do investimento empresarial e seus determinantes, ilustrando-o com algumas evidências empíricas. Então, mostra que a *infra-estrutura* de uma economia — normas e regulamentações e as instituições que as implementam — é a chave para explicar os investimentos em capital, qualificações e tecnologia que estão associados ao bom desempe-

nho econômico de longo prazo. De acordo com as conclusões do capítulo, as políticas e instituições do governo constituem, fundamentalmente, o ambiente econômico que propicia que economias como, por exemplo, Cingapura e Hong Kong movam-se da “relativa pobreza para a relativa riqueza em um intervalo curto de tempo”.

Como dissemos acima, o desenvolvimento do livro de Jones está atrelado ao desenvolvimento dos modelos de crescimento: parte-se de um modelo simples de crescimento e vão sendo introduzidos aspectos mais complexos com o intuito de dar conta do mundo real. A finalidade última do autor é formular uma teoria geral do crescimento. No entanto, esse método de exposição acaba por não conseguir apresentar um grande número de modelos de crescimento elaborados nos anos 1990. O autor sabe disso e dedica o capítulo 8 para discutir algumas teorias alternativas do crescimento endógeno; mais precisamente, discute-se o assim chamado modelo “AK”. A exposição desse modelo é rápida, bem como o tratamento dado às suas implicações. Não poderia ser de outra forma: caso esse capítulo se estendesse mais, o livro certamente não ficaria devidamente “balanceado”. Mas Jones, ao final desse capítulo 8, deixa para o leitor uma questão um tanto árdua que envolve a construção de modelos de crescimento: o progresso tecnológico deve ser tratado de maneira endógena ou exógena? — lembrando que essa escolha determina se os efeitos sobre o produto são transitórios ou permanentes. O autor estimula o leitor levantando alguns prós e contras dessa questão. O capítulo 9 encerra o livro com a retomada das três questões fundamentais e a formulação de suas principais conclusões.

A bibliografia do livro também é uma referência: além de ser bastante atualizada, traz os principais textos e artigos que tratam do tema do crescimento. Aqui, porém, muitos dos leitores brasileiros incentivados a continuar suas leituras no assunto podem encontrar dificuldades, já que a bibliografia é toda em inglês. E apesar de apontar-

mos que o autor sabe utilizar os recursos pedagógicos que fazem da leitura algo mais fluido, os capítulos apresentam uma certa desigualdade em relação a esse aspecto. Os capítulos 2 e 3 são os mais bem acabados, pois definem, com clareza, os principais conceitos subjacentes aos modelos de crescimento. Por isso mesmo, eles requerem maior atenção do leitor. Note que “clareza” não significa “facilidade”. Assim, sobretudo para os iniciantes no assunto, a esses dois capítulos, além da atenção, deve-se dedicar também um esforço maior.

O capítulo 5 é o que mais se aproxima dos capítulos 2 e 3. No entanto, a parte que trata da economia do modelo, ou seja, da divisão da economia em três setores, é pouco explorada e pode dificultar o entendimento do modelo de crescimento endógeno — mesmo porque, como o próprio autor diz, a matemática aí utilizada é um pouco mais complexa. Por fim, vale também destacar o capítulo 7. Além de ser crucial para responder às questões fundamentais que são o fio condutor do livro de Jones, o capítulo 7 mostra que a literatura que trata dos modelos de crescimento avança muito ao abrir caminho para os aspectos políticos e as características das instituições governamentais na explicação do nível e da evolução do produto dos países. No entanto, cabe destacar ao leitor que a maior parte da visão apresentada nesse capítulo é própria do autor; não constitui uma visão consagrada sobre o assunto. Daí um pouco do caráter ensaístico do texto. Outro ponto é que ficou faltando o autor estimar algum desses modelos.

Esses pontos críticos, evidentemente, não diminuem a qualidade do livro de Jones, o qual estará, com toda certeza, subsidiando o debate no Brasil sobre as teorias do crescimento econômico, seja dentro das universidades ou nos fóruns competentes.

Fernando Garcia

Professor Adjunto da Escola de
Administração de Empresas de São Paulo,
Fundação Getúlio Vargas

Mercosul: uma experiência de integração regional

Peggy Beçak

São Paulo: Editora Contexto, 2000

Antes de mais nada é importante destacar a existência de publicações nacionais que abordem o tema Mercosul e integração regional, uma vez que os livros-textos de Economia Internacional, em geral, são americanos e não dedicam atenção ao “Mercado Comum do Cone Sul”.

O grande mérito do livro é a forma clara com que a autora trata o assunto, tornando-o bastante acessível aos alunos de graduação. A publicação encaixa-se como leitura complementar nos cursos de Economia Internacional.

O livro está dividido em cinco partes, além de uma introdução e conclusão. A primeira parte tenta fazer uma evolução histórica internacional do cenário e desenvolver conceitos teóricos da integração sob diferentes abordagens. A segunda parte descreve o contexto histórico latino-americano da integração. A terceira parte tenta detalhar ainda mais a experiência integracionista na América Latina, assim como apresentar o processo europeu e norte-americano. A quarta parte tenta analisar o comércio internacional latino-americano sob o prisma do regionalismo aberto. A última parte, por fim, tenta captar os efeitos do Mercosul sobre o comércio exterior dos países membros.

O desafio de abordar o tema é grande, pois sua compreensão se dá num contexto interdisciplinar, envolvendo economia, geografia econômica, história, relações internacionais e ciência política. Na tentativa de captar esses diversos pontos, a obra encontra problemas no que se refere à profundidade. Por tentar abordar todos esses aspectos de modo simultâneo, há uma certa superficialidade na definição e no desenvolvimento de conceitos teóricos, assim como na fundamentação histórica mais cuidadosa e na exposição e análise de dados.

A estratégia adotada é fazer uma “descrição histórica” dos processo de integração. Esbarra-se, no entanto, em superficialidades, pois não se cobre com devido detalhe e cuidado a evolução histórica e geopolítica dos últimos 150 anos (que marcam o processo de integração e o surgimento dos blocos de comércio).

Ressente-se, também, pela ausência de maior fundamentação econômica. Apesar de a autora ser economista, não lança mão das teorias econômica para explicar os benefícios do comércio internacional, os efeitos de imposição de tarifas, a criação e o desvio de comércio, os ganhos e as perdas das nações, as questões de eficiência e de justiça das trocas internacionais etc. O livro aborda de passagem o que seriam as abordagens “clássica-liberal”, marxista e estruturalista, sendo que a última e a primeira carecem de maior precisão na exposição. A autora, por exemplo, não define precisamente o conceito de vantagens comparativas, o que pode levar o leitor a confundi-las com vantagens absolutas.

Cabe destacar, positivamente, o preenchimento de uma lacuna sobre o assunto e vale destacar a forma com que a autora descreve os vários estágios rumo à integração econômica plena e como a América Latina percorreu (e percorre) tal processo nos últimos 50 anos. O livro, porém, não faz maiores reflexões sobre as implicações desse processo, nem fornece ao leitor fundamentação teórica e histórica para tanto.

Vladimir Maciel

Economista formado pela FEA-USP, Mestre em Economia pela FGV-SP e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade Paulista (UNIP)

Desnacionalização: mitos, riscos e desafios

Antônio Corrêa de Lacerda (org.)

São Paulo: Contexto, 2000

Desnacionalização ampla e profunda: resultado inquestionável do processo de globalização. Quando deveríamos estar na expectativa do início de uma nova era é que estamos mergulhados num “fim de festa” com grandes incertezas. Com foco na economia brasileira, esta coletânea organizada por Antônio Corrêa de Lacerda (do Departamento de Economia — PUC/SP, presidente da Sobee) traz muitos elementos para um balanço de todos esses anos de neoliberalismo. O conjunto consistente dos artigos econômicos merece a atenção de profissionais e estudantes das áreas da análise histórica, econômica, política e sociológica, por trazer um tensionamento estratégico emergente. Não se trata de mais um inventário atualizado do percurso e da situação atual de todo o processo, nem só de uma crítica das escolhas técnicas da política econômica e alternativas disponíveis. No conjunto dos textos emerge uma inquietação: haveria solução, para o conjunto das nações, e mais especificamente para uma sociedade periférica como a nossa, no interior da economia globalizada? Perguntaríamos ainda: o capitalismo, especificamente o brasileiro, poderia ou poderá ser diferente? Considerada “maldita” para o espírito globalizante ufanista, as análises objetivas do processo mais e mais desembocam na seguinte questão: em que medida uma crise da globalização abriria concretamente a questão das possibilidades de continuidade de do próprio sistema capitalista?

Por tratar-se da resenha de uma coletânea, escolhemos destacar alguns aspectos, alertando que não se esgotam aí outros elementos presentes na obra e que merecem a atenção dos leitores.

No primeiro capítulo, “Globalização das empresas e desnacionalização”, João Furtado (do Departamento de Economia — Unesp) retoma as grandes linhas do debate em torno da validade teórica do conceito de globalização. A nosso ver, as referências cruciais para circunscrever o conceito em suas dimensões mais profundas estão nos clássicos do liberalismo (Adam Smith, David Ricardo), em Marx, nos clássicos do imperialismo (Hobson, Lênin, Luxemburgo, Bukharin) e nas formulações cepalinas. Nas teses e abordagens da escola francesa da regulação, principalmente a partir do conceito de mundialização do capital de François Chesnais, Furtado parece buscar muitos dos elementos de sua abordagem centrada na dinâmica das em-

presas. É uma abordagem eficiente já que “nenhum país se desenvolve sem empresas” (p. 31). E de que empresa se trata nos dias de hoje? Trata-se do conglomerado industrial-financeiro internacional do “limiar do século XXI”, portador de forte tendência à especulação financeira, a qual tende a prevalecer sobre a atividade propriamente produtiva. Aí, a dinâmica da inovação é caracterizada como “tecnofagia restauradora”: processo que consolida a hegemonia dos grandes conglomerados internacionais, tolhendo as perspectivas de empresas e mesmo de conglomerados sediados em economias periféricas. O mundo todo está atado nesta dinâmica que emana dos gigantes empresariais mundiais.

Após a “era japonesa” — os anos 80 em que se previa um século XXI japonês, após um século XIX inglês e um século XX americano —, a partir de 1994, o Brasil adere “tardia e abruptamente” à globalização (Furtado, p. 29). O processo se deu como uma “avalanche” desnacionalizadora sobre indústrias, bancos, comércio e serviços em geral. A esse propósito a coletânea apresenta duas posições. No segundo capítulo, “Capital nacional na indústria: reestruturar para sobreviver”, Maurício Mesquita Moreira (Departamento de Economia — UFRJ, BNDES) analisa a vulnerabilidade das empresas nacionais cujas raízes “já haviam sido lançadas nas décadas anteriores” (p. 63) em virtude, principalmente, de defasagem organizacional e gerencial. Com esse diagnóstico, indica-se a necessidade de uma reestruturação das empresas nacionais a partir de dentro, com apoio em recursos públicos mas sem paternalismo. Já no terceiro capítulo, “Internacionalização e vulnerabilidade externa”, de Mariano Laplane, Fernando Sarti, Célio Hiratuka e Rodrigo Sabbatini (do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia — Unicamp), encontramos a ênfase explicativa da inanição das empresas nacionais nas dificuldades de acesso a financiamentos. A vulnerabilidade das empresas nacionais não estaria em suas características internas. Ao contrário, as insuficiências organizacionais decorreriam do problema crucial que é o seu tamanho e localização em contraste com os conglomerados multinacionais que atuam organicamente nos mercados centrais e, portanto, estão próximos e integrados nos grandes centros financeiros.

No governo prevaleceu uma estratégia deliberada de desnacionalização com base na tese de

que a aquisição de empresas nacionais, privadas ou públicas, por estrangeiras é “um fator positivo, de modernização da estrutura industrial e econômica brasileira” (Furtado, p. 31). Trilhar esse “atalho” implicou a submissão das decisões da produção nacional às políticas empresariais dos conglomerados internacionais.

No quarto capítulo, “Desnacionalização e vulnerabilidade externa”, Maria Helena Zockun (FIPE/USP, vice-presidente da Sobeet) analisa as decorrências de a internacionalização se dar em setores não exportadores e, portanto, não geradores de divisas: finanças, comércio e os recém-privatizados, telecomunicações, transporte e energia. No que toca aos setores privatizados, a desnacionalização tenderia a trazer racionalidade competitiva, mas também vulnerabilidade crescente uma vez que a disponibilidade de divisas para remessa de lucros depende da entrada de capital de risco, do investimento internacional, que é volátil.

No quarto capítulo, “Fluxos mundiais de investimentos: a internacionalização da economia brasileira”, de Virene Roxo Matesco (IBRE/FGV e diretoria da Sobeet), Maria Fernanda Freire de Lima (Sobeet) e Tatiana Deane (IBRE/FGV), destaca-se o padrão de internacionalização que, seguindo a tendência mundial, se deu por fusões e incorporações e não pelo estabelecimento de novas unidades produtivas. Isso implicou numa internacionalização com fraco aumento da capacidade produtiva, com poucas novas instalações, e, no fim, com um impacto modernizador restrito e diferido, constituindo característica perversa do processo local. Antônio Corrêa de Lacerda, o organizador da coletânea, no último capítulo, “Desenvolvimento e inserção externa da economia brasileira”, faz recomendações salientando, no entanto, que sem o concurso decisivo das políticas e instituições estatais as tentativas de re-inserção não terão qual-

quer perspectiva de êxito. Essa posição é crítica em relação ao *mainstream*.

No entanto, a coletânea traz uma negatividade criadora. No decorrer do processo de desnacionalização, “a estrutura econômica brasileira foi profundamente transformada, sobretudo em termos patrimoniais”. Segundo Furtado, “isto representa um fator limitativo da forma brasileira de adesão à globalização” (p. 39). Neste ponto cabem duas perguntas: a) trata-se exclusivamente do caso brasileiro, ou de um destino inexorável à globalização das economias periféricas? b) há possibilidade de reversibilidade, no interior da própria globalização, dos efeitos mais danosos do processo? Para Furtado, até agora os países que chegaram a uma posição de importância na economia mundial o fizeram a partir de recursos, empresas e demais fatores nacionais. A especificidade da globalização estaria em que pode “ser considerada uma ruptura fundamental deste quadro precisamente porque ela restringe a possibilidade de recuperar o atraso em bases nacionais; o que bem pode corresponder a uma impossibilidade *permanente* de recuperar qualquer atraso” (p. 29). A análise centrada na dinâmica empresarial é relativa, pois a dinâmica do capital envolve mais fatores. Mas, a nosso ver, esta é uma hipótese forte e que merece ser desdobrada e aprofundada.

Em suma, a coletânea traz sólidos argumentos contra o ufanismo globalizante do neoliberalismo, mas também contra estratégias calcadas na simples retomada de um nacionalismo empresarial, abrindo um campo para profundas inquietações, desafios e ousadia teórica na construção de cenários de um efetivo questionamento da ordem econômica mundial vigente.

Jason T. Borba

Do Departamento de Economia da FEA/PUC-SP